

Para finalizar, podemos afirmar que Freud acredita que, para existir sociedade organizada, o inconsciente precisa ser coibido, pois como componente libidinal da personalidade e fonte de impulsos instintivos desenfreados precisa ser recalcado pelo superego através das regras morais, por meio das quais inclusive é sublimado imperfeitamente em forma de atividades e realizações socioculturais. Já em Lévi-Strauss, o inconsciente tem um papel mais ativo, sendo a parte da mente humana que ordena de maneira lógica a realidade física e social, organizando a sociedade e conferindo significados às regras e costumes para que a vida coletiva funcione e reproduza relações sociais derivadas de um modelo estrutural inconsciente. Essas seriam, de maneira bem esquemática e simplificada, as funções do inconsciente na estruturação da vida sociocultural para esses dois autores.

#### NOTA

- 1 É indubitável que existe no homem uma forte inclinação para a agressividade, o que ameaça permanentemente a sociedade de desintegração, daí porque “a civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle” (FREUD, 1997, p. 68).

#### REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.
- ESTEVAM, C. *Freud: vida e obra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- HAAR, M. *Introdução à psicanálise: Freud*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- HERRMANN, F. *O que é psicanálise*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LEACH, E. *As idéias de Lévi-Strauss*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

## MARTIN HEIDEGGER E A LINGUAGEM NA ERA DA TÉCNICA<sup>1</sup>

Ricardo Corrêa de Araújo

*Faculdades Integradas Espírito-Santenses/FAESA*

### INTRODUÇÃO

A obra tardia, isto é, aquela desenvolvida a partir dos anos cinquenta, do pensador alemão Martin Heidegger é profundamente marcada por dois grandes temas: a técnica e a linguagem. Em geral, estas questões são abordadas em textos mais curtos, como conferências e ensaios, em que são tratadas separadamente, como ocorre, por exemplo, no texto “A questão da técnica” e na coletânea de ensaios “A caminho da linguagem”. Todavia, em pelo menos um texto<sup>2</sup>, Heidegger faz uma tentativa de relacionar tais questões explicitamente. A relativa raridade de tal tentativa e a riqueza do texto mencionado são os fatores que nos levaram a tentar acompanhar o esforço de pensamento que ele testemunha, na busca de compreender “[...] aquilo que hoje é” (p. 28).

Embora o texto heideggeriano dirija-se a um público de professores de escolas profissionalizantes, por conseguinte, de pessoas que não estão habituadas à lida com as questões filosóficas, o que poderia dar a falsa impressão de que seria necessária uma espécie de “simplificação” para atingir tal auditório, ele começa de forma a desfazer imediatamente tal impressão e a não deixar dúvidas quanto àquilo que sustenta a exposição. Suas primeiras palavras soam: “O estado de coisas que está na base deste tem [...]” (p. 27). Então, o que será dito diz respeito, no fundo, àquilo que é, ao estado de coisas, isto é: “[...] aquilo que nos diz respeito, nos ameaça e que oprime nossa existência” (p. 28). De fato, todo o texto caminha em um sentido que remonta do tema explícito proposto (a relação entre duas formas de linguagem: tradicional e técnica) para aquilo que subjaz a ele (aquilo que hoje é: o “estado de coisas”). Isto parece significar que o caminho seguido pelo texto é apenas um meio para atingir o fim proposto. Ora, mesmo se assim fosse, caso tal pensamento ainda comportasse o esquema meio-fim, não se trataria de um fim qualquer, arbitrariamente

proposto, mas do mais “digno de pensamento” (*Denkwürdigen*), indicação que basta para tornar também digno de questão aquele suposto meio.

Na verdade, o que foi dito pretende apenas justificar o inevitável empobrecimento que se dá na abordagem acadêmica (analítica, hermenêutica, dialética ou em qualquer outra) das palavras de um pensador. Isto pode ocorrer mais acentuadamente ainda quando tal abordagem, como é o caso da nossa, pretende voluntariamente deter-se apenas em parte daquilo que as palavras do pensador trazem à manifestação - e justamente na parte que pode ser vista como um meio para atingir o objetivo final do texto. Entretanto, a hipótese levantada anteriormente, a saber, “caso tal pensamento ainda comportasse o esquema meio-fim”, não se verifica de modo algum. Acrescente-se ainda que, embora nosso foco se dirija à questão da modalidade de linguagem “[...] determinada mediante a técnica” (p. 52), o seu pano de fundo tem de ser o mesmo que Heidegger nomeia, isto é, “o estado de coisas”. Isto deverá sempre ocorrer deste modo, desde que se queira participar da força do pensamento que se investiga e não apenas dissecá-lo, tornando-o mero objeto de pesquisa erudita. Assim, embora a busca pela compreensão do “estado de coisas” domine, oculta e completamente, esta investigação, *nossa tarefa é constituída por dois questionamentos gerados por afirmações do texto*. A primeira delas, a de que “A modalidade da linguagem é determinada mediante a técnica” (p. 52), gera uma questão inicial que será desdobrada em duas partes: 1) *qual é tal modalidade de linguagem* e 2) *em que sentido*, desde há muito e cada vez mais intensamente, *ela exerce um incontestável e crescente domínio*. A segunda afirmação, a de que “[...] também a teoria da linguagem como informação encontra um limite” (p. 54), nos leva à nossa segunda questão, qual seja, *compreender o que significa tal limite*, na medida em que este parece indicar uma relação entre as duas afirmações investigadas. Todavia, antes de tentar responder às questões enunciadas, será preciso definir o que significa a “técnica” aqui, para que ela possa ser vista como algo capaz de determinar a modalidade da linguagem.

## A TÉCNICA

A técnica todo mundo sabe o que significa. Trata-se da aplicação prática do conhecimento científico. Não obstante, não está sob o domínio

dos técnicos, mas da ciência: é o científico aplicado na resolução dos problemas e na superação das limitações humanas. Assim, possui uma dupla justificação, a saber, sua imediata e incontornável aplicabilidade em quase todos os campos da vida atual, por um lado, e sua ascendência “nobre”, por outro. Assim justificada, a técnica afeta nosso cotidiano em *todos* os aspectos, pois se evoca maquinaria, produção industrial, tecnologia, eletrodos, transistores, radiação, condutores de fibra ótica, ela também significa creme dental, refrigerante, sapato etc. Para onde quer que nos voltemos, hoje, encontramos-nos com a técnica. Aqui e agora, enquanto penso, ela me rodeia, perpassa, sustenta. Entre meus olhos míopes e os pensamentos que tento fixar tecnicamente interpõem-se lentes de contato e uma tela de computador. O aqui e agora que nos pertence e conforma é técnico, habitamos naquele “[...] estado de coisas que vem a ser determinado na era da técnica” (p. 28). Tudo é resolvido, planejado, exposto e desenvolvido a partir da técnica e a ela visando. Isto, já foi dito, todo mundo sabe. “Todavia, mediante este tipo de referência nós não experimentamos aquilo que seja propriamente a técnica [...]” (p. 33). E por que não? De imediato, porque quando “todo mundo sabe” algo, a única coisa certa é que já se deixou de “sabê-lo”, passando-se apenas a “repeti-lo”. Por outro lado, todas as vezes que pensamos, isto é, quando nos deixamos conduzir somente por aquilo a que resolvemos dedicar nossa atenção, a esfera do óbvio já perdeu o seu poder de determinação. De fato, só nos decidimos por tal dedicação quando esta esfera já não pode nos satisfazer, ou seja, quando as inumeráveis respostas prontas já não aplacam o impulso em direção ao, a cada vez, investigável. Não se trata mais de operar as sempre muitas respostas prontas, mas de acarinhar desconfianças, de ganhar aquilo que Riobaldo afirma possuir desde sempre: “em toda a minha vida, pensei por mim, forro, sou nascido diferente” (ROSA, 1986). Assim, é preciso perguntar: já que as referências do habitual bom senso não permitem experimentar o que é *propriamente* a técnica, o que é ela para que possa determinar a modalidade da linguagem?

A nossa impressão cotidiana da técnica não permite compreendê-la como algo capaz de determinar a linguagem. As teorias técnicas (filosófico-científicas) da técnica também não bastam para tanto, uma vez que se movem no mesmo âmbito lingüístico que as impressões cotidianas.

Todavia, a expressão “não bastam” é enganosa, tendo em vista a falsa aparência de que seria preciso apenas realizar uma espécie de complementação, de suplementação, para que elas se tornassem suficientes. Nada mais distante da orientação do texto heideggeriano. Ele se propõe, ao contrário, a nos “deixar aprender”, a desentulhar o caminho, esvaziando a aparente inevitabilidade do óbvio, permitindo que se “entre no sentido” do que é buscado. Em outras palavras, trata-se de repensar as representações correntes sobre a técnica, isto é, de meditá-las, desfazendo sua fixidez e obviedade, que impedem até mesmo que faça sentido a afirmação de que a técnica determina a linguagem. Tal impedimento deve ocorrer porque, neste âmbito regido pelas representações habituais, a técnica costuma ser pensada como sendo continuamente estabelecida, aperfeiçoada e transmitida culturalmente, através da linguagem. Assim, esta também se mostra como um meio, assim como aquela (a técnica). Ambas são meios; são instrumentos para a instalação do homem em meio à totalidade dos entes; são expressões de capacidades humanas, respectivamente, a de pensar e a de agir, que interagem e influenciam-se reciprocamente. Só que este tipo de representação não dá conta do que é buscado, ou seja, da técnica como determinante da linguagem, na medida em que as uniformiza, iguala, enquanto meios que interagem. Ora, interação recíproca entre A e B é algo muito diferente de uma determinação de B por A. Daí a exigência do texto heideggeriano: “[...] a meditação exige algo mais, isto é, repensar as representações correntes [...]” (p. 31). Repensar a técnica significa compreendê-la, radicalmente, não como um meio (instrumento), mas como o meio (ambiência), conforme veremos a seguir.

As representações correntes da técnica podem ser reduzidas a uma só, qual seja, a representação antropológico-instrumental: a técnica é um meio inventado pelo e para o homem.<sup>3</sup> Compreendida deste modo, a técnica é o conjunto de meios postos à disposição do homem pelo próprio homem. Conjunto de meios que, ao mesmo tempo, ocasiona orgulho e preocupação. Orgulho porque permitiu que, depois de uma longa evolução técnica, o homem se posicionasse como senhor em meio ao ente. Preocupação porque é necessário manter tal conjunto sob controle humano, a fim de que aquele posicionamento não seja ameaçado a partir de seu próprio interior. Porém, hoje, quem ainda sente orgulho de ser homem por sentir-se senhor da

natureza? E quem ainda quer controlar a técnica? Será que ambos, orgulho e preocupação, já não quase desapareceram ultimamente? De fato, as coisas parecem estar assim, pois os avanços da técnica - ao menos para o homem comum, aquele para quem as mais complexas tecnologias não apenas aparentam completo descolamento do árduo percurso do pensamento científico, mas parecem-lhe estar facilmente ao seu alcance, na medida em que adquira a condição financeira suficiente para tal - já não empolgam nem preocupam, de modo que mesmo a representação antropológico-instrumental precisa ser revivida, como se já não fizesse mais parte daquelas idéias prontas que se tem sempre à mão para responder às questões mais habituais e prementes do cotidiano. Portanto, a representação *corrente* da técnica pode restar esquecida, na medida em que sua questão deixa de ser *recorrente*. Mas o que há quando a técnica não é mais questionada? Com a resposta a tal questão, a técnica poderá mostrar-se como *aquilo que é*.

No sentido heideggeriano do termo, a vigência da técnica implica a “[...] necessidade de simplesmente consentir, expressamente ou não, no caráter inexorável do domínio da técnica” (p. 45). Inexorável porque não é um acontecimento externo ao homem que, com maior ou menor dificuldade, poderia ser controlado, mas, longe disto, porque *estamos* na era da técnica, isto é, estamos imersos nela, com sua entrada e vigência no cotidiano. O fenômeno da técnica deixou de ser tal, isto é, deixou de ser algo que se mostra para se tornar algo que é, simplesmente, “oni-vigente”. Algo a que não se assente ou deixa de assentir, do mesmo modo que não é necessário fazê-lo em relação ao fato de que precisamos respirar. Não há um fora da técnica, a partir de onde o homem possa firmar-se contra ela, questionando sua propriedade para a realização do humano, indagando se e em que medida acontece que “[...] a instrução técnica e, por conseguinte, a própria técnica, contribui em algo para a formação da humanidade ou se, ao contrário, a compromete e a confunde” (p. 36). A técnica é aquilo que *é*, aquilo que está sendo hoje. Ela não é meio no sentido de instrumento, mas no de ambiente, de espaço vital onde se dá aquilo que se dá. Ela é o meio ao qual estamos entregues hoje. É somente por isso que Heidegger pode afirmar que “[...] a técnica - se entendida corretamente - domina, em sua inteireza, o campo da nossa meditação” (p. 33). Ela o domina enquanto a meditação busca “[...] corresponder àquilo que hoje é” (p. 32), a saber, à técnica. Nesse meio, tudo

aparece a partir dele, isto é, tudo aquilo que se dá, os entes, só pode se dar de um modo técnico. Este é o modo de desvelamento de nossa época, onde tudo aparece como reserva utilizável pela e para a técnica. Heidegger o denomina como a disponibilidade (*Bestand*): “[...] nada mais nada menos do que o modo em que vige e vigora tudo [...]” (HEIDEGGER, 2002a, p. 21). Dito de outra forma, as coisas só aparecem enquanto disponibilidade, do mesmo modo que aquilo que está dentro do mar só aparece como algo molhado. O valor e o papel representados por aquilo que aparece só podem surgir em um momento posterior. *A priori*, tudo o que é, tem de ser disponibilidade. Esta exigência não vale apenas para a natureza, onde talvez seja mais imediatamente perceptível, mas também se *impõe* sobre o homem: “O próprio homem é posto e, em conseqüência, é reclamado para corresponder à mencionada exigência” (p. 45). Ela se faz valer até sobre o domínio do sagrado (perceba-se, como exemplo, que para cada problema, há um santo à disposição: se a causa é difícil, Santo Expedito *está aí*; faltam maridos? Santo Antônio *pode ser acionado* a qualquer tempo; algo foi perdido? São Longuinho encontra-se *disponível*). Ora, mas a linguagem também está inserida nesse meio. Ela também pertence ao mundo regido pela técnica, o que significa ser determinada por ela, isto é, aparecer enquanto disponível para. Portanto, a linguagem se deixa determinar pelo que é, pelo estado de coisas, pela técnica. Resta apenas entender onde, como e em que medida isto *se dá*.

## MODALIDADES DE LINGUAGEM E DETERMINAÇÃO PELA TÉCNICA

### I

Agora que foi esboçado o significado da técnica, podemos responder à primeira questão que levantamos, aquela que indaga *qual seja a modalidade da linguagem que se deixa determinar mediante a técnica*.<sup>1</sup> O que “se deixa determinar” estabelece uma vinculação com aquilo que o determina, de modo que sua vigência passa a ser regida por algo fora dele, o vinculante, cuja natureza, a princípio, pode ser totalmente diversa daquela do vinculado. Assim, em uma dieta, alguém voraz se deixa determinar por algo que não apenas está fora dele, mas que lhe é essencialmente adverso, isto é, se estabelece um vínculo com a moderação, com o controle/exterminio da

voracidade, de modo que, ao longo do tempo, a voracidade é moldada, adequada e submetida às necessidades e às exigências da moderação. A linguagem determinada pela técnica estabelecerá um vínculo deste mesmo tipo, ou seja, com algo que lhe é completamente estranho, senão adverso, e a cujas exigências terá de se submeter: “[...] as tarefas lingüísticas seriam vinculadas, preventiva e fundamentalmente, à máquina, a qual exige, em toda parte, a univocidade dos signos e das seqüências de signos” (p. 52).

Aquilo pelo que se deixa determinar a linguagem, isto é, aquilo a que esta se vincula, *exige* a sua redução à univocidade. Mas que tarefas lingüísticas estabelecem vínculos com máquinas?! Não são âmbitos completamente diversos? Como é possível que aquilo que possibilita a humanização do homem se deixe determinar pelas necessidades do maquinal? Esta estranheza só pode surgir se for completamente ignorado o que ocorre em relação ao modo como se apresenta, hoje, o pensamento acadêmico (filosófico/científico). De fato, aquele vínculo - que “[...] exige, em toda parte, a univocidade dos signos e das seqüências de signos” - é incondicionalmente buscado neste ambiente. É aqui que vigora, incontestemente, a exigência de rigorosa univocidade, de exata, constante e não contraditória formulação/cominação de signos unívocos: “Este vínculo é o rigor da indagação” (HEIDEGGER, 1999, p. 74). Enquanto rigor, o vínculo se faz necessário, sob pena de banimento, de recusa. Assim, tanto a linguagem científica como a filosófica,<sup>5</sup> no sentido de pesquisa rigorosa, de produção técnica, estão sujeitas, em um sentido essencial, ao “vínculo com a máquina”, isto é, à ligação com a técnica, que: (1<sup>o</sup>) se *estabelece* por meio do devido *organon*, a saber, por meio da devida obediência às regras lógicas (o que engloba Filosofia e Ciência), e (2<sup>o</sup>) se *solidifica e se aprofunda* por meio da linguagem matemática (o que se restringe às ciências,<sup>6</sup> mas que não passa de um caso do primeiro tipo), gerando aquilo que Heidegger nomeia como “pensamento em trilha única”:

O pensamento em trilha única, pensamento que não cessa de se expandir em torno de si, tomando formas sempre diversas, é um daqueles aspectos, imprevisíveis e pouco aparentes, do domínio da essência da técnica a que se acenou. De fato, a essência da técnica quer a univocidade dos significados [...] (HEIDEGGER, p. 114).

Quanto às outras modalidades de linguagem, isto é, aquelas que não pertencem ao âmbito filosófico nem ao científico, por exemplo, a linguagem cotidiana, ainda que mais ou menos distantes das exigidas clareza e segurança, advindas da univocidade e necessárias ao estabelecimento do vínculo mencionado, também elas *aparecem* enquanto disponibilidade, como tudo aquilo que é, somente que ainda não formatadas de acordo com o princípio da univocidade, mas como uma espécie de matéria-prima que, depois do adequado processamento, pode se tornar uma destas “[...] palavras que os homens usam agora, essas palavras pesadas, não cantáveis [...]” (RILKE, 1998, p. 31). Tal processamento se completa na medida em que um signo, retirado de uma outra modalidade de linguagem que não a técnica/formal (científica/filosófica), é reduzido à univocidade. Assim, há uma espécie de caminho, a “trilha única”, em que a linguagem vai sendo depurada, adequada, polida, até se tornar reduzida à univocidade, até estar totalmente regida pelas necessidades da pesquisa filosófica/científica.<sup>7</sup>

No caso da Filosofia, este caminho leva apenas até o império da lógica, ou seja, a linguagem filosófica avança até se tornar logicamente unívoca, de modo a estabelecer, adequadamente (isto é, de acordo com o vínculo, com o rigor, que lhe é próprio), aquilo que pretende dizer. Caso uma particular filosofia não alcance tal univocidade, isto só pode significar que ela ainda não está acabada, que ainda se deixa contaminar por elementos míticos ou poéticos; um “problema” que, de resto, pode ser “solucionado” por meio de uma adequada “análise da sua linguagem”, capaz de depurá-la das inconsistências lógico-formais.

Por outro lado, no que diz respeito às ciências ditas naturais e a certas partes importantes de outras (vide nota 5), ocorre algo mais, a saber, uma espécie de matematização da linguagem. Todavia, este “algo mais” continua sendo a mesma forma de vínculo que se estabelece na Filosofia, isto é, continua sendo uma forma de atingir a univocidade exigida pela técnica. Analisemos, para observá-la, as palavras de Heisenberg: “Os conceitos da física clássica constituem, por certo, um refinamento dos conceitos da vida cotidiana e são parte essencial da linguagem que propicia a base da ciência natural toda” (HEISENBERG, 1999, p. 83). A linguagem natural, aquela que vigora na vida cotidiana, ainda não é adequada ao pensamento científico, é preciso, primeiro, que ela se deixe determinar

pelo vínculo que rege este último, é preciso que ela, inicialmente, se submeta àquela formalização lógica que remonta a Aristóteles: “[...] Aristóteles e os antigos gregos deram um grande passo ao descobrir que a linguagem pode ser idealizada e tornada suficientemente exata para ser usada em deduções lógicas” (HEISENBERG, 1996, p. 160). Se o pensamento filosófico já encontra aqui o seu próprio vínculo, isto é, o rigor que lhe é adequado, isto apenas “[...] propicia a base da ciência natural toda [...]”. Neste sentido, base não significa fundamento, mas apenas a matéria prima sobre a qual se pode construir algo. Isto quer dizer que, até aqui, a ciência ainda não realizou plenamente o vínculo que lhe pertence, ainda não pode ser qualificada como rigorosa. Uma teoria científica logicamente consistente, um sistema fechado de axiomas e definições, ainda precisa “[...] encontrar uma representação matemática consistente [...]” (HEISENBERG, 1999, p. 143). De fato, tal consistência não pode ser alcançada enquanto restar alguma ambigüidade nos conceitos e definições, enquanto não imperar uma univocidade perfeita, maquinal: “[...] Os conceitos nessas leis gerais terão que ser definidos, na ciência natural, com precisão completa e isso só poderá ser conseguido recorrendo-se a formulações abstratas da matemática” (HEISENBERG, 1999, p. 237). Portanto, em boa parte do pensamento científico, ocorre uma ânsia de purificação da linguagem que, em seu extremo estertor, em seu último paroxismo alucinado, acaba por eliminar completamente o poder referencial daquela: “[...] o dizer enquanto mostrar e fazer aparecer o presente e o ausente, a realidade efetiva em seu sentido mais amplo” (p. 52).

Assim, mostrou-se que são as linguagens filosófica e científica que, de diferentes modos, se deixam determinar pela técnica, vinculando-se a ela, bem como o que significam tais modos, isto é, qual é o rigor que é próprio de ambas. Esta rigorosidade, isto é, o próprio modo de proceder destas, conduz à eliminação do seu poder referencial, perda que constitui o “limite” da linguagem técnica, o que será o tema de nossa segunda questão (III). Todavia, buscaremos responder, antes, à segunda parte da primeira questão.

## II

Agora que respondemos à primeira parte da questão inicial, afirmando que a modalidade da linguagem determinada pela técnica é aquela que impera no pensamento filosófico/científico, passemos à segunda parte

da primeira questão, aquela que indaga *em que sentido é possível afirmar que tal modalidade exerce um incontestável e crescente domínio*. O texto heideggeriano faz somente um aceno na direção deste domínio, afirmando o “[...] papel preeminente da ciência da natureza [...]” (p. 40). Todavia, a partir desta preeminência da ciência da natureza, infere-se a preeminência do seu modo de linguagem. Assim, não precisamos senão deste aceno para despertar para o que se dá ao redor. Em toda parte, a ciência faz valer sua preeminência e de sua linguagem. Ela decide, através do “ponto de vista científico”, não apenas sobre aquilo que é falso ou verdadeiro, fantasioso ou concreto, mas também sobre o que comer, como educar os filhos, como gastar o 13º, como se comportar, em suma, que tipo de vida se deve viver. Mas todas estas decisões, oriundas do conjunto dos pontos de vista científicos, para que possam ter validade, devem ser enunciadas de acordo com a linguagem que lhes é própria, independente do conteúdo do que afirmam. Ora, isto tudo é óbvio. Para verificar isto, não é preciso incomodar um pensador como Heidegger, assim como algures ele afirmou ser desnecessário incomodar Descartes para uma outra questão também pertencente ao óbvio. Porém, o “papel preeminente” da ciência, no sentido heideggeriano, é algo de totalmente diverso de sua importância no cotidiano, verificável por qualquer um, a qualquer tempo. Aqui também, como em relação à técnica, é preciso “repensar as representações correntes”, para chegarmos a compreender o sentido do domínio da ciência, por conseguinte, da sua linguagem.

Tal sentido pode começar a ser esclarecido a partir da imbricação mútua entre as duas decisões que Heidegger coloca no fundamento do pensamento científico: 1) a identificação entre o que é real e o que é mensurável (parafrazeando o físico Max Planck) - “Somente aquilo que é previamente calculável vale como existente” (p. 42); e 2) o primado do método de investigação sobre seu tema - “[...] o primado do método – isto é, dos procedimentos – em relação àquilo que, neste procedimento de objetivização da natureza, é assegurado [...]” (p. 42). De acordo com tais decisões, a ciência decide não apenas *o que* é real, ou seja, o que pode ser considerado como existente (aquilo que está disponível), mas também *como* se lida (“exigência de provocar a natureza para pô-la à disposição” (p. 45)) com aquilo que ela “permite” que seja. Por exemplo, nega-se o divino

como entidade – na medida em que não se pode disponibilizá-lo mediante o cálculo - mas se o reconhece enquanto fator de interferência nos mais diversos âmbitos – enquanto se pode estabelecer procedimentos seguros para lidar com tais interferências (vide a recente onda de organização de grupos ecumênicos de oração nos ambientes de trabalho).

Assim, embora seja cotidianamente considerada como o modo de pensar e de estar no mundo mais importante que há, a ciência não possui apenas uma preeminência meramente ôntica, como vislumbra o habitual bom senso, mas uma espécie de precedência ontológica, na medida em que decide *que* entes partilharão o mundo com ela, isto é, que entes são reais, e *como* deve se dar tal partilha. Tal precedência ontológica, bifurcada nestes “que” e “como”, nestas decisões fundamentais do pensamento científico, deve se realizar, necessariamente, naquela linguagem que lhe é própria, única capaz de levar tais decisões a seu incondicional cumprimento, conduzi-las àquilo que lhes cabe: “[...] na essência e regência da linguagem das línguas, se decide cada vez o envio histórico de um destino” (HEIDEGGER, 2002b, p. 46).

Portanto, está dada a resposta à questão que indaga em que sentido a modalidade da linguagem determinada pela técnica, qual seja, a científica/filosófica, exerce um incontestável e crescente domínio: ela se deixa reger pelo destino do nosso tempo, pela técnica, e, seguindo tal regência, impera sobre a totalidade do que há – totalidade que é estabelecida por ela mesma. Mas resta considerar se esta totalidade “faz água” em algum ponto, isto é, se há algo nela que a impediria de se encerrar completa e indefinidamente em si mesma.

### III

Finalizando nosso percurso, com a segunda questão, podemos perguntar agora por que “[...] também a teoria da linguagem como informação encontra um limite” (p. 54). Em outros termos, dado o incontestável e inevitável domínio que a ciência e, por conseguinte, sua linguagem exercem, o que significa o fato de que nem toda modalidade de linguagem se deixa determinar pela técnica? Que isto seja um fato pode ser mostrado, como exemplo, por algumas palavras do físico Heisenberg

“[...] os conceitos da linguagem natural são cunhados pela associação direta com a realidade: eles representam a Realidade [...] [e] [...] jamais perderam sua ligação direta com a Realidade que espelhavam” (HEISENBERG, 1999, p. 277). O fato de que ele mencione algo como “conceitos da linguagem natural” significa o reconhecimento, explícito, de um âmbito da linguagem que não se “enquadra” na linguagem técnica, o que aponta para um limite desta. Todavia, o que é este limite? Será inexorável a expansão do pensamento em trilha única, na medida em que ele “não cessa de se expandir em torno de si” e, portanto, o limite, mencionado na afirmação heideggeriana e reconhecido por Heisenberg, representado pela irredutibilidade da linguagem natural estará fadado a desaparecer ou, ao contrário, guardará tal limite uma constitutiva intransponibilidade? Estas perguntas serão respondidas com o auxílio daquilo que diz o próprio Heisenberg a respeito da linguagem natural e da linguagem técnica.

Segundo ele, os “conceitos da linguagem natural” não servem para o pensamento acadêmico, pois a filosofia e a ciência precisam refiná-los para que eles possam ocupar um lugar em seus sistemas logicamente elaborados: “Os conceitos da física clássica constituem, por certo, um refinamento dos conceitos da vida cotidiana” (HEISENBERG, 1999, p. 83). A questão está em deslocar nosso foco para aquilo que *sobra* de tal refinamento. Ao contrário do que sustenta o habitual bom senso, todo refinamento significa, necessariamente, uma perda, um deixar algo para trás, e não apenas uma espécie de purificação. No percurso da cana até o açúcar refinado, há um empobrecimento, um esvaziamento. O açúcar que chega à mesa, em quem a cana já deixou de falar, ocupa um espaço, uma função precisa, mas se encontra completamente desenraizado daquilo de onde brota sua possibilidade de ser açúcar. Do mesmo modo, ao *sufrerem* o processo de refinamento (submissão aos critérios lógicos – na filosofia e nas ciências – seguida de simbolização matemática – nas chamadas ciências naturais) que permite seu *ingresso* em um sistema fechado de axiomas e definições regido pela univocidade, as palavras da linguagem natural perdem contato com aquilo de onde brotam, sofrem um inquietante desenraizamento: “[...] por meio desse processo de idealizações e definições precisas, perde-se a ligação direta com a Realidade” (HEISENBERG, 1999, p. 277).

Essa perda da “ligação direta com a Realidade”, para a qual alerta Heisenberg, corresponde àquilo que Heidegger designa como um ameaçador ataque à linguagem natural ou, como diz o título do texto, transmitida: “[...] a linguagem técnica constitui o ataque mais duro e mais ameaçador àquilo que é próprio da linguagem: o dizer enquanto fazer aparecer o presente e o ausente, a realidade efetiva em seu sentido mais amplo” (p. 52). A linguagem técnica, enquanto produto final do refinamento da linguagem transmitida, não pode mais fazer aparecer nada, na medida em que avança para se tornar mero símbolo matemático, destinado seja à sinalização, seja a cumprir uma função em um sistema teórico fechado. Todavia, o contínuo processo de refinamento da linguagem, isto é, a tentativa de redução da linguagem transmitida à linguagem técnica, também sofre uma contínua resistência. De acordo com o que já dissemos, na nota n. 3, há uma tensão que se estabelece entre o “pensamento em trilha única” e a chamada linguagem natural, na medida em que esta recalcitra, isto é, se recusa a permitir sua redução total à univocidade. A “linguagem natural”, isto é, “[...] aquela que não é inventada e ordenada apenas em um sentido técnico, se mantém sempre, por assim dizer, às costas de toda transformação técnica do sistema lingüístico” (p. 54). Este se “manter às costas” responde à questão do limite, da tensão, já que ambos dizem o *mesmo*, senão vejamos.

A linguagem natural, recusando-se à univocidade técnica, permanece fora do âmbito da pesquisa filosófica/científica. Mas por que ela não se deixa reduzir completamente à univocidade exigida pela técnica? E onde ocorre tal linguagem? Podemos pensar por eliminação, de modo que chegaríamos, entre outras, à linguagem poética, à linguagem cotidiana das fábricas, dos escritórios e dos lares e àquela que busca elevar-se, para além de si, em busca do divino. Ainda que poetas, trabalhadores em geral e religiosos operem as mais diversas máquinas, ainda que possam depender cada vez mais fortemente delas, nenhum deles tem sua linguagem vinculada às máquinas. Todavia, há muito já se sabe que tal falta de vinculação não faz senão ressaltar a “inferioridade” do seu modo de linguagem perante aquele da pesquisa, da técnica. Mas como se dá tal “inferioridade”? O que há na linguagem natural que a torna irredutível à univocidade, isto é, que a faz inabarcável pelo movimento do pensamento em trilha única?<sup>8</sup>

A resposta pode ser buscada a partir das afirmações já mencionadas de Heisenberg sobre as palavras da linguagem natural, que “[...] jamais perderam sua ligação direta com a Realidade que espelhavam”. O fato irreduzível é que a linguagem natural “espelha” uma “Realidade”, algo que ela não cria, mas que *se dá* para ela. O inabarcável na linguagem natural é aquilo que não *está* nela, mas para o qual ela remete. Na linguagem natural, *fala* algo que não ela mesma, algo que possibilita todo estabelecimento de vínculos a que, posteriormente, ela pode ou não se vincular. A linguagem natural remete ao fato de que os vínculos possíveis são *dados* e, neste sentido, não têm fundamento em si mesmos, mas nisto que os mostra como possibilidades:

Então, aquilo de que o homem pode propriamente falar, isto é, aquilo que pode mostrar, ou seja, aquilo que pode fazer aparecer, é somente aquilo que se lhe mostra em si mesmo, aquilo que, a partir de si, aparece, se manifesta e lhe fala (p. 50).

A essencial inabarcabilidade da linguagem natural pela univocidade da linguagem técnica é a possibilidade de que aquilo para o qual a primeira apontar possa, em algum momento, deixar de se dar como representável lógico/matematicamente, deixando sem sustento este vínculo e libertando o pensamento, por conseguinte, a linguagem, das exigências de univocidade da técnica. Tal “libertação” é aquilo que se “ganha” a partir desta visão heideggeriana, pois, a partir dela, é possível: 1) distinguir entre um rigor - necessário a todo pensar, mas não regido por aquelas exigências de univocidade - e outro - aquele que é próprio da representação lógico/matemática (isto é, de boa parte da filosofia e de toda a ciência); 2) “proteger” o primeiro das possíveis acusações de irracionalidade mística por parte do segundo. Portanto, Heidegger aponta para algo que, embora possa causar espécie, não pode mais ser facilmente descartado, a saber, que a linguagem não pode ser reduzida à técnica, o que pode ser ilustrado por suas palavras: “[...] o rigor da ciência matemática da natureza é a exatidão [...]” enquanto que “[...] as ciências do espírito e também as ciências que se ocupam dos seres viventes devem, necessariamente, ser inexatas para que possam permanecer rigorosas” (HEIDEGGER, 1999).

## NOTAS

- 1 Trabalho apresentado originalmente durante curso de doutorado em Filosofia na UFRJ, junto ao professor orientador Gilvan Luis Fogel. As obras ainda inéditas em língua portuguesa foram traduzidas pelo autor a partir de edições italianas. Assim, para facilitar sua localização, seguem, entre parênteses, as referências bibliográficas dos originais em alemão: Filosofia e cibernética (Zur Frage nach der Bestimmung der Sache des Denkens. St. Gallen: Erker-Verlag, 1984). Linguaggio tramandato e linguaggio técnico (Ueberlieferte Sprache und technische Sprache. St. Gallen: Erker-Verlag, 1989). L'epoca dell'immagine del mondo. In: Sentieri interrotti. (Die Zeit des Weltbildes. In: Holzwege. Frankfurt am Main: Klostermann, 1950). Che cosa significa pensare? - Chi è lo Zarathustra di Nietzsche. (Was heisst Denken? Tubingen: Max Niemeyer Verlag, 1971).
- 2 HEIDEGGER, Martin. *Linguaggio tramandato e linguaggio técnico*. Pisa: Edizioni Ets, 1997. De acordo com as informações desta tradução, o texto original será publicado no volume 80 da edição completa das obras do autor (*Gesamtausgabe*), com o título: *Ueberlieferte Sprache und technische Sprache*. Considerando que este artigo é uma tentativa de acompanhar o texto heideggeriano, resolvemos, para evitar a repetição excessiva de referências, mencionar apenas o número da página correspondente na edição italiana, de modo que todas as citações sem referência explícita são retiradas deste texto.
- 3 Cf. Heidegger, 2002a, p. 12: “A concepção corrente da técnica de ser ela um meio e uma atividade humana pode se chamar, portanto, a determinação instrumental e antropológica da técnica”.
- 4 Esta indagação já contém as seguintes afirmações: 1) há outras modalidades de linguagem; 2) estas não se deixam determinar do modo mencionado. Mas esta segunda afirmação estaria totalmente em desacordo com o que dissemos em “2”, a saber, que todos os entes só aparecem tecnicamente, isto é, como disponibilidade, o que deveria incluir também a linguagem. Todavia, a contradição gerada por este “não se deixar determinar” completamente (ocorrido em relação à linguagem) não deve ser pensada como mero equívoco do pensamento, mas como uma tensão que brota da própria linguagem, o que será tematizado, em “III”, como “limite”.
- 5 Heidegger pensará ambas como pertencendo a um mesmo modo de pensar, a saber, o pensamento representativo/conceitual, que não será explicitamente abordado neste trabalho.
- 6 Embora a linguagem matemática seja o tipo de rigor que vigora, especificamente, nas ciências ditas naturais, não é possível ignorar que tal linguagem avança, a passos largos, em outros campos científicos completamente distintos. Basta pensar no papel que desempenham a estatística, a mensuração

de dados e a quantificação do tempo, respectivamente, na Sociologia ou a Psicologia, na Economia e na História, por exemplo.

- 7 Embora não seja habitual reunir filosofia e ciência sob o jugo das mesmas necessidades, o que revelaria uma essencial mesmidade, Heidegger realiza tal reunião em mais de um momento, de modo que a segunda representa uma continuidade da primeira e não uma ruptura, conforme se pode depreender de trechos como os seguintes: "Aquilo que a Filosofia, no transcurso de sua história, tentou em etapas, e mesmo nestas de maneira insuficiente, isto é, expor as ontologias das diversas regiões do ente (natureza, história, direito, arte), as ciências o assumem como tarefa sua" (HEIDEGGER, 1973, p. 271). "O fim da filosofia é marcado pela dissolução das suas disciplinas em ciências autônomas, cuja unificação sob nova forma se apresenta na cibernética" (HEIDEGGER, 1989, p. 35).
- 8 Cf. Heidegger, 2002 b, p. 54 : "A linguagem é o incontornável na teoria da filologia".

#### REFERÊNCIAS

- HEIDEGGER, M. O fim da Filosofia e a tarefa do pensamento. In: *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 269-279.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia e cibernética*. Pisa: Ets Editrice, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Linguaggio tramandato e linguaggio técnico*. Pisa: Edizioni Ets, 1997.
- \_\_\_\_\_. L'epoca dell'immagine del mondo. In: *Sentieri interrotti*. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1999. p. 71-101.
- \_\_\_\_\_. A questão da técnica. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a. p. 11-38.
- \_\_\_\_\_. Ciência e pensamento do sentido. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b. p. 39-60.
- HEISENBERG, W. *A parte e o todo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Física e Filosofia*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- RILKE, R. M. *Histórias do bom Deus: como o velho Timofei morreu cantando*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- ROSA, G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

## IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA CIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA: UMA LEITURA A PARTIR DE SUAS ORLAS FLUVIAIS\*

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior  
Departamento de Geografia/UFPA

### INTRODUÇÃO

Quando se busca caracterizar as cidades amazônicas, em especial como elementos de atração turística, um tipo de cidade tem-se destacado como uma das principais particularidades regionais: as cidades ribeirinhas. Mas o que são as cidades ribeirinhas? Pode-se reconhecer as cidades ribeirinhas simplesmente pelo fato de estarem localizadas à beira dos rios? Todas as cidades localizadas à beira do rio podem ser consideradas como ribeirinhas? Que elemento(s) traduz(em) o adjetivo "ribeirinho" conferido a essas cidades amazônicas? Que imagens e representações dessas cidades estão sendo vendidas, especialmente para o consumo turístico?

O presente trabalho traduz um esforço de compreender, a partir de uma leitura geográfica, o que são as cidades ribeirinhas na Amazônia e a relação com a imagem da cidade representada para o mercado turístico. Objetiva-se, assim, avançar num empreendimento que nos permita definir esse tipo de cidade a partir de pressupostos conceituais e metodológicos que trabalham a noção de espaço geográfico como espaço socialmente produzido, à maneira como propôs Lefebvre (1974). Para isso, desdobra-se esse entendimento considerando ainda as espacialidades urbanas como sendo constituídas por sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1994), buscando-se, assim, arrolar elementos do espaço socialmente produzido para identificar melhor as cidades ribeirinhas na Amazônia.

\* Trabalho apresentado na mesa redonda "O Papel das Cidades Ribeirinhas na Atual Dinâmica Espacial da Amazônia", durante o VII Encontro Paraense de Geografia, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - Seção Belém, no período de 29 de maio a 01 de junho de 2003, Cametá/PA e no VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local, promovido pela Universidade Estadual de Santa Cruz, no período de 4 a 7 de novembro de 2003, Ilhéus/BA.